



O humanista pioneiro Fernão de Oliveira revisitado n' *O romance do gramático* de Ernesto Rodrigues¹

*The pionner humanista Fernão de Oliveira is revisited in
O romance do gramático by Ernesto Rodrigues*

JOSÉ EDUARDO FRANCO
Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal



Resumo: Este artigo pretende relevar criticamente o valor literário d' *O romance do gramático*, de Ernesto Rodrigues e, a partir dele, visitar a figura e a obra original do humanista português Fernão de Oliveira. A vida invulgar deste humanista do séc. XVI, apelidado de “genial e insubmisso”, é fonte inspiradora deste extraordinário romance que permite oferecer ao leitor dos nossos dias uma reconstituição ficcional eivada de intersecções multirreferenciais da cultura própria da época moderna. Romance erudito, será apreciado como exercício de cultura e de criação literária, capaz de dar a conhecer, pela via do imaginário, um dos maiores humanistas portugueses que, na ausência de documentação suficiente, só pode ser revisitado de forma abrangente e unificadora pela via da ficção.

Palavras-chave: Fernão de Oliveira; Humanismo; Cultura; Gramática; Romance

Abstract: This article intends to critically emphasize the literary value of *O romance do gramático*, written by Ernesto Rodrigues, and from it to revisit the figure and original work of the Portuguese humanist Fernão de Oliveira. The unusual life of this sixteenth century humanist, considered to be “genial and insubmissive”, inspires an extraordinary novel, offering to the current reader a fictional recovery, contaminated by multi-referential intersections of the modern period culture. This erudite novel will be taken as an exercise of culture and literary creation, capable of introducing, through the imaginary method, one of the greatest Portuguese humanists. Given the absence of sufficient documentation, he can only be revisited in a comprehensive and unifying way with the help of fiction.

Keywords: Fernão de Oliveira; Humanism; Culture; Grammar; Novel

A cultura dita portuguesa, que herdamos e com a qual enchemos os nossos manuais escolares, na qual se funda a nossa memória histórica e através da qual se tem desenhado a nossa ideia de identidade nacional teve, no desaguado da Idade Média e no dealbar da Modernidade, os seus autores e obras pioneiras. Mas nem todos têm merecido o mesmo tratamento de divulgação e conhecimento em função da qualidade e originalidade da sua ação.

Aliás, tanto na nossa como noutras culturas assiste-se ao drama complexo daquilo que podemos chamar uma espécie de conspiração resultante da relação binomial entre memória e esquecimento que mantém certas figuras e obras vivas na lembrança coletiva e nos patamares mais altos da fama e submergem outras do mesmo calibre nas arcas do esquecimento.

Alargar os horizontes da história da cultura, esclarecê-la e aprofundá-la, passa precisamente por um exercício aturado de ressuscitar autores, obras, valores e ações relevantes que não têm suscitado a atenção dos historiadores nem dos compiladores de manuais de ensino por onde transitam a grande transmissão da corrente *iceberguica* e superficial da memória do nosso passado. Regressar às fontes, beber nas suas águas cristalinas, escavar os alicerces do património que constitui a nossa cultura imaterial de natureza intelectual, artística, pedagógica é uma forma de aprofundarmos o conhecimento de nós próprios enquanto comunidade cultural, enquanto povo-cultura, enquanto identidade construída e em contínua reconstrução.

Uma dessas grandes figuras que foi objeto de imerecido esquecimento foi sem dúvida Fernão de Oliveira (ou Fernando Oliveira na grafia que se veio a modernizar do seu nome ainda durante a sua vida), de

¹ Cf. Ernesto Rodrigues. *O romance do gramático*. Lisboa: Gradiva, 2012.

quem disse o seu primeiro grande biógrafo Henrique Lopes de Mendonça que a sua vida daria matéria para a construção de um apaixonante romance de aventuras e de quem hoje diríamos que daria um grande filme de ação. Injustamente esquecido, talvez devido ao seu espírito crítico avançado, Oliveira deveria merecer estudos e divulgação mais atenta como assim bem defendia Henrique Lopes de Mendonça na memória biográfica que escreveu para a Academia de Ciências de Lisboa em 1898: “O vulto do padre Fernando Oliveira é digno de ser estudado sob todos os seus aspectos. Ele representa em Portugal uma das mais brilhantes personificações do espírito do livre exame do século XVI. Nos seus escritos [...], nas suas justificações perante o tribunal do Santo Ofício, revela-se a cada momento a influência das doutrinas revolucionárias, suscitadas pelo extraordinário movimento de Reforma. A sua pena é demolidora, como a de um panfletário, e mordente, como a de um satirista”.²

Também Luís de Albuquerque, estudioso seu, cognominou Fernão de Oliveira de humanista “genial, aventureiro e insubmisso”.³ Contudo, a biografia de Oliveira permanece, pois, marcada por linhas de percursos intermitentes que não permitem uma reconstituição total.

Na verdade, a escassez de elementos documentais conhecidos para preencher muitos vazios do seu percurso longo de vida que contrasta com a importância da obra legada à posteridade, leva-nos a considerar que só pelo recurso à reconstrução voluntariamente ficcionada é que se pode reconstruir a vida de um homem que fez a diferença e pensou de forma inovadora no seu tempo. A própria biografia oliveiriana de Lopes de Mendonça, na reconstituição que tenta fazer do percurso longo mas descontinuado de Fernando Oliveira, depara-se com os buracos negros da ausência de informação documentada. No entanto, arrisca apresentar-nos uma visão de conjunto com alguma continuidade através de recurso à suposição com base em indícios e suposições. Assim sendo, a primeira biografia de Oliveira acaba por ter muito de ficção e de romance, tal como a de Teresa Ferrer Passos.

Faltava, porém, um romance total inspirado na vida de Oliveira e arriscou-o o multifacetado e talentoso intelectual, professor e ensaísta da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Ernesto Rodrigues, em

O Romance do Gramático. Pela primeira vez, o dominicano rebelde do século XVI é personagem principal de um grande romance que aborda a sua heterodoxia de vida e de pensamento, o seu vaguear em deslocções pela Europa que o levam à Hungria. A modernidade deste romance escrito de forma exímia, cheio de subtileza, carregado de erudição que revela um conhecimento profundo e rigoroso da cultura portuguesa e europeia dos séculos modernos, cumpre superiormente o desiderato da pequena elite de estudiosos e admiradores de Oliveira que desejavam que este humanista passasse a merecer a atenção não só dos homens de cultura em sentido lato, mas fosse também inspirador de alta literatura. Ernesto Rodrigues consegue-o com mestria como ninguém o tinha feito e faz-nos viajar pelos tempos e dramas de um homem extraordinário que viveu época de grande transformação de mundividências e antropovidências. Atravessou e experimentou na pele um século cheio de promessas e desilusões, esperanças fulgurantes e medos terríveis. Foi o século da construção do Império, do conhecimento redondo do Mundo, como foi o século dos ideais das Reformas e do humanismo mais avançado, mas também não deixou de ser o século da Inquisição, do Índex, da desastrosa Batalha de Alcácer Quibir e da ameaça Turca sobre a Europa.

Importa, no entanto, referir que este romance não é fácil, nem é para todos os leitores. Para compreendê-lo na sua riquíssima dimensão multi-referencial como um pletora de temas e problemas que fizeram um século charneira e, paradoxalmente, de barreiras poderosas como foi o Século de Quinhentos implica ter uma base significativa de conhecimento da História da Cultura na Época Moderna. Com efeito, *O Romance do Gramático* tem tanto de alta cultura como de ironia mordaz que ataca de frente estereótipos e fantasmas que marcaram com feridas de sangue um tempo de procura de uma liberdade de pensamento que só muito mais tarde seria plenamente alcançada.

A longínqua vida de Fernão de Oliveira que inspira a obra ficcional de Ernesto Rodrigues foi feita de aventuras, de ousadas críticas que lhe valeram experimentar por duas vezes os calabouços da Inquisição, mas também de exercício de escrita inovadora. O manuscrito encontrado que serve de pretexto para contar a história, acaba por ser um pretexto para visitar e aflorar os grandes casos da vida de Oliveira e as grandes questões da cultura moderna. *O Romance do Gramático* bem lido nas suas linhas e entrelinhas acaba por ser uma lição de cultura e literatura da Época Moderna e, mais especificamente, sobre a vida fascinante de Fernão de Oliveira.

Vale a pena recordar aos leitores que leram ou que se vão interessar pela leitura d’ *O Romance do Gramático* de Quinhentos os grandes marcos da vida e o seu papel pioneiro na redação de obras inovadora no contexto da

² Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Nautica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reproducção typographica do seu tratado inedito “Livro da fábrica das Naos”, apresentada à segunda classe da Academia Real das Sciencias pelo (...)*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898, p. 81.

³ Luís de Albuquerque, “Fernando Oliveira, um português genial aventureiro e insubmisso”, in *Navagadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses, Sécs. XV-XVI*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores e Caminho, 1987, p. 128; e ver Francisco Contento Domingues, “Português, aventureiro, genial e insubmisso”, in *Atlantis*, v. 17, n. 1, 1997, p. 44-47.

produção de conhecimento em Língua Portuguesa.⁴ A documentação que chegou até nós não nos permite fixar com toda a certeza e precisão a data do seu nascimento e morte. Mas sabe-se o suficiente para perceber que foi uma vida plenamente vivida, uma vida marcada por dramas, por ousadias que se pagaram caro, por oportunidades aproveitadas e apostas ora certas ora perdidas. Para alguns nascido em Aveiro, segundo outros em Pedrógão Grande, formou-se no Convento de São Domingos em Évora, de onde se evadiu para Espanha, por indisciplina, nos princípios dos anos 30 do século XVI. Passados poucos anos, vemos a sua vida a decorrer novamente em Portugal, intercalando com algumas saídas marcantes para o estrangeiro. Em Portugal foi receptor de filhos de casas nobres, como a do Barão de Alvito e a de João de Barros. Especializando-se em ciências náuticas, foi piloto ao serviço de armadas portuguesas e francesas, entre estas, a armada do francês Saint-Blancard. Neste contexto, experimentou guerras nos mares perigosos do Norte do Atlântico e do Norte de África. Há indícios de que terá servido o Rei D. João III em missões de espionagem na Península Itálica. Conviveu e serviu um ano na corte de Henrique VIII⁵, onde bebeu ideias revolucionárias que o levaram a professar, enquanto padre que era, ideias consideradas perigosas (erasmismo, crítica ao escravagismo e ao estado decadente da Igreja e das Ordens...) para uma sociedade cada vez mais vigiada pela Inquisição. De facto, foi preso e condenado por duas vezes pelo Santo Ofício, traído por pretensos amigos e antigos professores, como André de Resende, e ajudado por quem cedia, ou compreendia, os argumentos das suas razões poderosas: o Cardeal D. Henrique.

Fernão de Oliveira foi o nome com que assinou a sua primeira obra, em 1536, e Fernando Oliveira (grafia modernizada do nome anterior, que ilustra a língua em evolução modernizante), foi o nome moderno que passou a usar para dar autoria às obra que se lhe seguiram. Extremamente significativo é ter escrito um conjunto de obras em Língua Portuguesa registadas como pioneiras na produção de conhecimento nas áreas de saber em que se inscrevem. Antecipando-se em quatro anos a João de Barros, cujos filhos ensinou, edita a primeira *Gramática da Linguagem Portuguesa* em 1536, onde defende a importância da codificação gramatical da nossa língua para efeito de ensino e de consolidação da rede imperial resultante do processo de expansão portuguesa. Nessa

primeira obra gramatical defende a qualidade do português como grande língua moderna, capaz de substituir o Latim e ser capaz de império, isto é, ser veículo de cultura e de afetos que fariam mais pela perpetuação da presença portuguesa em muitos cantos do mundo do as mais diversas estruturas administrativas ou coações militares. Na gramática primeira da nossa língua, Oliveira reflete modernamente sobre o poder das línguas para construir identidades e marcar domínios.

Duas décadas depois, Oliveira dá ao prelo em 1555 uma obra com ciência estratégica para a política imperial ultramarina portuguesa: uma *Arte da Guerra do Mar*. O humanista, afirmou-se ao longo do seu percurso intelectual, como modelo de sábio renascentista, desenvolvendo várias competências e dominando vários saberes. Tornou-se, com efeito, desde os anos 40 século XVI piloto de navegação, arte e ciência em que se viria a revelar especialista muito requisitado por várias cortes europeias numa época em que a marinharia era a área de saber que garantia o sucesso dos emergentes império marítimos da Europa. Embora a *Arte da Guerra do Mar* vise estabelecer um conhecimento sobre matérias atinentes à navegação e à arte da guerra em território líquido, o autor não se coíbe de tecer considerações várias sobre temas sensíveis que vão desde a forma como Portugal gere o seu império e as oportunidades de negócios, a críticas a visões atávicas até à delicada questão da prática da escravatura pelos reinos cristãos. Revela-se nesta obra um crítico implacável da escravatura, considerando-a liminarmente como inaceitável e injustificável como prática de cristãos. Oliveira torna-se assim, em Portugal, o primeiro crítico radical do escravagismo. Estas e outras ousadias crítica que chocavam de frente com aquilo que era politicamente correto na época valeram-lhe uma segunda condenação e encerramento nos cárceres do Santo Ofício.

Na linha deste saber acumulado pela experiência e pelo estudo, Oliveira escreverá duas décadas depois uma espécie de manual de construção de barcos para a grande navegação. Merece, pois, destaque o *Livro da Fábrica das Naus* que permaneceu manuscrito até ao século XIX, sendo trazido a lume pela primeira vez pelo Capitão da Armada Henrique Lopes de Mendonça e recentemente estudado de forma exímia por Francisco Contente Domingues constitui um extraordinário exemplo de escrita clara, sóbria, e de profissão de um saber aberto com desejo manifesto de fixar saber para ser transmitido às novas gerações, alargando escola e garantindo o desenvolvimento da ciência.

A relevante ciência náutica de Oliveira vai também ser estabelecida por ele numa obra de referência escrita na língua europeia de circulação internacional, o Latim, com o título *Ars Nautica*. Redigida no final da década de 60, esta obra viria a celebrar Oliveira entre os especialistas

⁴ Para mais aprofundamento pode ver-se estudo nosso intitulado: *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Prefácio de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque d'Orey e Roma Editora, 2000; e Carlos Morais (Coord.), *Fernando Oliveira: Um Humanista Genial. V Centenário do seu Nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010.

⁵ Cf. Richard Barker, *Fernando Oliveira: The English Episode, 1545-47*, Lisboa, Academia de Marinha, 1992.

em Marinharia e ainda hoje aguarda por uma tradução e edição completa, pese embora já tenha sido objeto de alguns estudos.

Estas obras pioneiras de ciências náuticas traduzem ciência avançada produzida em Portugal que, segundo Contente Domingues e R. A. Barker, “além de constituírem (...) um conjunto único no seu tempo”, têm interesse pelo “facto do seu autor discorrer longamente sobre os fundamentos teóricos do conhecimento em relação à arquitetura e construção de navios, ao invés de se limitar ao enunciado mais ou menos seco das matérias necessárias e dos procedimentos técnicos a observar pelos artífices”.⁶

Oliveira estava bem ciente da existência de um vazio de literatura científica no domínio da marinharia. É inferência desta lacuna que o leva a abalançar-se na escrita, revelando uma característica marcante do Humanismo: a ideário de fixar as descobertas do homem (memória escrita) como atitude cultural de sistematizar, ordenar, tornar acessível e perene o conhecimento⁷. Contudo, para além da intenção de produzir ciência, perpassa também, nas entrelinhas desta e das outras obras do Pe. Fernando Oliveira, uma transbordante intencionalidade ideológica de teor nacionalizante. O autor realiza o escopo de operar um distanciamento crítico em relação aos conhecimentos dos Clássicos. Destaca os avanços portugueses no campo da ciência decorrentes das bem sucedidas viagens marítimas comparativamente aos progressos operados pelos antigos greco-romanos. O ênfase comparativo que coloca na avaliação positiva lembra encômios hiperbólicos da épica camonianiana: “Poucas vezes se lê que os Gregos nem Latinos navegassem fora do mar Mediterrâneo, de que somente eram capazes os seus

navios. Os nossos agora são capazes também do oceano todo por todo o mundo, ou a maior parte dele. O qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram e os seus nunca conheceram. Mais louvor se deve nisto aos nossos, que aos Gregos, nem Latinos: porque mais têm feito pela navegação em oitenta anos, que eles fizeram em dois mil que reinaram”⁸.

Em adenda às referidas três importantes obras sobre marinharia ligadas entre si e que autenticam o prestígio do seu autor como perito em questões de navegação⁹, é-lhe atribuída ainda a compilação de um relato da viagem de Fernão de Magalhães. Este relato é colocado na boca de um homem que tomou parte naquela frota que empreendeu a primeira aventura de circum-navegação. Trata-se de um escrito que pertence ao mesmo códice da *Ars Nautic*.¹⁰ Todavia, cronologicamente este texto será muito provavelmente de redação anterior, estão consignadas reflexões e análises que são certamente da autoria do compilador Fernando Oliveira e que transvasam a fidedignidade de uma mera cópia.

Por fim, Oliveira coroa o seu elenco de obras pioneiras com a escrita de uma *História de Portugal*. Trata-se da primeira História assim nomeada, e faz a passagem da corrente cronística para a moderna corrente historiográfica. No manuscrito que chegou até nós – um original guardado ainda em fase de correção pelo autor – observa-se, de forma flagrante, as marcas desta transição. Primeiro tinha escrito *Crónica de Portugal*, designação que surge riscada, optando depois o autor por colocar sobre ela o título mais moderno de *História de Portugal*. Estranhamente, esta história primeira, de que não fala J. Veríssimo Serrão na sua clássica historiografia portuguesa, jazia em versão manuscrita, pouco conhecida,

⁶ F. Contente Domingues e Richard A. Barker - “O Autor e a sua Obra”, in Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha, 1991, p. 14; e cf. F. Contente Domingues, *Experiência e Conhecimento na Construção Naval Portuguesa do século XVI: os Tratados de Fernando Oliveira*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical, 1985.

⁷ A este respeito é interessante consultar a reflexão desenvolvida no livro de Fernando Boza Alvarez, *Del Escribano a la Biblioteca. La Civilization da Escrita e la Alta Idade Moderna (XV- XVII)*, Madrid, Síntesis, 1992.

⁸ Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, Op. cit., p. 62.

⁹ Dos seus talentos e saber reconhecido constitui uma boa prova a disputa travada entre a coroa francesa e espanhola, em 1567, no sentido de comprar os serviços náuticos de “doctor Fernando Oliveira”, numa época em que os pleitos negociais para aquisição dos melhores especialistas em construção naval e navegação eram muito frequentes, pois do serviço destes peritos dependia também a garantia da superioridade militar naval das potências europeias. León Bourdon publicou em 1951 a correspondência diplomática que certifica esta disputa, da qual é bem emblemática a carta de Hernando Carrilo de Mendonza a Filipe II (Lisboa, 25 de Agosto de 1567), arquivada em Simancas e transcrita em apêndice por Bourdon. Cf. León Bourdon, “Épisodes Inconnus de la vie de Fernando Oliveira”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo V, Coimbra, 1951, p. 450. Não temos documentos que nos atestem qual o desfecho desta disputa, apesar de possuímos a informação de que Fernando Oliveira hesitou em tomar uma decisão, alegando que tinha em mãos assuntos pessoais pendentes para resolver no reino. Portanto, não se sabe por que coroa ele optou se é que chegou a dar resposta conclusiva. Todavia, podemos perguntar: será que a perda do rasto biográfico de

Oliveira a partir desta data não estará relacionado com a emigração do autor para o estrangeiro? E se emigrou, para que reino? E quando terá regressado? E que desconhecidos caminhos percorreu? De qualquer modo, tenha ou não tenha emigrado, o que parece provável é que por volta de 1581 esteve em Portugal, pois na sua obra historiográfica, particularmente na *História de Portugal* declara ter consultado os arquivos do reino, como é exemplo a Torre do Tombo, o que se confirma pelo acervo de fontes que utiliza.

¹⁰ O códice da *Ars Nautica* está aquivado na Biblioteca da Universidade de Leiden na Holanda. A *Viagem de Fernão de Magalhães, escripta p hum homem que foy na companhia*, encontra-se numerada a seguir à primeira obra. O códice está registado sob a cota VOSS. LAT. F. 41, que, por sua vez, aparece registado num catálogo da mesma biblioteca com a rubrica: “Fernandi Oliverii de Sancta Columba *Ars Nautica*, distinta in tres partes: I - De quibusdam Instrumentis ad primam Nauturum Institutionem Conducentibus; II - De Naupegia et ejus adminiculis; III - De officio Nautarum” *Viagem de Fernão de Magalhães - In charta - 41*. Apud Pierre Valière, *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, Pref. Paul Teyssier, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1976, p. 1. Valière efectua a transcrição, a tradução para o francês e a edição crítica deste último manuscrito inédito composto por Oliveira, desenvolvendo, nesta *editio princeps*, um breve comentário ao texto, relevando o seu valor historiográfico. Da *Ars Nautica* existe uma tradução de Rodrigues Esteves e Manuel Figueiredo, revista por Luís de Albuquerque, que permanece dactilografada à espera de edição e um microfilme deste manuscrito nos Serviços Documentais da Universidade de Aveiro, sob a cota AV/RS - 20.

no *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris. O Códice não datado reúne documentos inacabados de uma história em construção: primeiro, o rascunho a que Oliveira deu o título *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*, escrito provavelmente ainda durante o reinado do Cardeal D. Henrique, e em segundo lugar, a História, que recompõe apreciações, juízos e perspectivas adaptadas à evolução dos acontecimentos a partir de 1580.

A História dá conta de um Portugal que perdera a independência, condição que o autor temia efetivar-se já ao redigir o *Livro da Antiguidade...*, onde manifesta ser adepto da corrente favorável a um “rei natural” português, que pudesse ser “eleito”, ou seja, aclamado pelo povo. A *História de Portugal* é uma obra escrita, portanto, no contexto da crise sucessória de 1579-81, que levou à integração da monarquia portuguesa na monarquia espanhola, através do regime de união dual, com o início da dinastia dos Filipes. Estabelece-se nela uma visão global da história do reino, à luz de um ideário de interpretação da trajetória de Portugal, no quadro da caminhada da humanidade no tempo, e da Europa cristã em particular. Pretende-se intervir no presente, usando a história como arma para tomar posição sobre as várias saídas em equação, na falta de um sucessor ao trono consensual, em conformidade com o direito sucessório hereditário em vigor. Sabe-se o resultado deste pleito. D. Filipe II entendia ter créditos que lhe davam direito ao trono de Portugal, devido ao jogo de xadrez da política matrimonial entre as duas coroas, o qual possibilitou a Castela fazer mais uma vez xeque-mate ao reino lusitano, como já tinha acontecido na Revolução de 1383-85. Porém, nesse agitado século XIV, o duelo peninsular teve um desfecho diferente, graças à vitória portuguesa em Aljubarrota. Filipe I, não só herdou, como teve de conquistar Portugal contra as hostes afetas ao partido de D. António, subindo ao trono a 16 de Abril de 1581 perante as Cortes reunidas em Tomar. Mas a derrota da corrente autonomista em que militava o autor não é tomada como definitiva. Oliveira recorre a uma leitura mitificante de longuíssima duração que se insere, na linha da história nacionalizante em voga nos diferentes reinos da Europa moderna, no tipo de discurso característico do chamado “mercado das nacionalidades” em que disputava supremacias entre emergentes estados da Europa. Conta, para tal, a história portuguesa desde origens remotíssimas, a partir dos tempos patriarcais bíblicos, mais precisamente desde os tempos pós-diluvianos, com base na história dos primórdios da humanidade estabelecida no livro bíblico do Génesis. Tecendo uma narrativa mítica, conta que Tubal, neto de Noé, teria sido o primeiro povoador de Portugal, aportando em Setúbal e daí promovendo o povoamento do ocidente da Europa. A fundação do reino por “vontade

divina” nestes tempos bíblicos da segunda idade de renovação do mundo foi marcada por reinados sucessivos e perdas de linhas de sucessão, devido a invasões de povos estrangeiros (gregos, romanos, árabes...), que, no entanto, não anularam o poder e a vontade do povo de se manter livre, resistindo numa porção de território português, imune às tentativas de subjugação total.

Na sequência de uma longa história contada de modo maravilhoso, em que vemos o povo português correr o risco de perder a capacidade de liberdade e autonomia, Deus teria suscitado a ascensão de um rei restaurador. Por isso, esta história mítica, e apócrifa, porque fora do cânone estabelecido e vulgarizado da história de Portugal, afirma que seria uma impostura dizer que D. Afonso Henriques foi o primeiro Rei de Portugal. Ele teria antes sido o Rei Restaurador de uma herança de povo livre e nobre com uma antiguidade que tinha primazia sobre os outros povos da Cristandade, nomeadamente em relação a Castela, chamada, nas suas origens, de “Bardúlia”. Ora, nesta impressionante narrativa mítica, pode ler-se, nas entrelinhas, onde Oliveira queria chegar. Assim escreve no calor dos acontecimentos e de forma genial a primeira obra que denominamos de “cultura de resistência” produzida sob os Filipes. Estamos, portanto, perante uma obra proto-sebastianista, que anuncia os fundamentos da corrente nacionalizante desenvolvida sob o reinado espanhol. Uma corrente que tem, com efeito, ampla expressão na produção escrita de obras de história, de literatura, de poesia, de parenética, de geografia e gramaticologia.

A mensagem é simples e profética. A exemplo do longo passado de Portugal, fundado em direito divino e destinado a fazer uma caminhada longa e dramática, por analogia com a história do povo bíblico de Israel, uma história que tem em vista grandes realizações, resistindo a todas as tentativas de anulação, o povo de Portugal, mesmo dominado, resiste; e Deus, quando o domínio estrangeiro se torna extremo, manda sempre um rei restaurador. Assim, em 1580, Oliveira, através desta história, anuncia a restauração que acontecerá, de facto, sessenta anos depois, em 1640. A ideia patenteada do envio divino de um Rei Restaurador aclamado pelo povo, que é quem detém o verdadeiro poder divino delegado no soberano que governa em seu nome, é um dos vetores ideográficos estruturantes do sebastianismo, que viria a emergir como corrente poucos anos depois. Sendo uma história do passado, está mais interessada, na verdade, no futuro, uma vez que tem a finalidade de acalantar no povo o sentimento de esperança e de resistência.

A História é escrita à maneira do estilo sóbrio e incisivo de Oliveira, que visa, em jeito de disputa, defender a sua perspectiva analítica como uma tese bem argumentada. Por isso, elege os autores da sua afeição

que permitem corroborar a sua posição e toma como alvo os chamados autores oponentes, sejam nomeados ou não nomeados, que desautoriza e, até, em alguns casos, ridiculariza. Um deles é o cronista espanhol Esteban de Garibay y Zamaloa, que tinha escrito no início da década de 70 daquele século os então célebres *Los XL libros del Compendio Historial de las Chronias y Universal Historia de todos los Reynos de España*. Em dois volumes monumentais tinha procurado destacar a primazia de Castela sobre todos os outros reinos, contando a história do Reino vizinho desde Adão e Eva. Ora, Oliveira, para refutar este futuro cronista de Filipe II, diz que não é plausível contar a história dos reinos com rigor documental, sob o risco de fábula, pois o dilúvio universal teria apagado todas as provas documentais da primeira Idade do Mundo, iniciada, segundo a Bíblia, com a Criação do primeiro casal humano. André de Resende, humanista e especialista em epigrafia romana: outro autor desconsiderado por Fernando Oliveira, devido a

perfiar a corrente que situava as origens portuguesas na tribo dos Lusitanos, e não mais longinquamente. Por essa razão, o nosso autor deprecia-o, afirmando que tinha a cabeça tão dura de entendimento como as pedras romanas que lia.

É o humanista autor destas obras sumariamente apresentadas que Ernesto Rodrigues revisita e toma como inspiração para escrever um romance denso e cheio de quadros pintados com cores intensas que nos fazem viajar pelo fascinante mundo do século XVI europeu. A intervenção intelectual de Oliveira foi pioneira e ousada, o seu estilo foi sóbrio e incisivo, corrosivo por vezes... O romance de Ernesto Rodrigues procura reviver de forma magistral o espírito irrequieto, inquieto de um homem, cujas ideias o seu tempo ainda não estava preparado para acolher, aceitar e, menos ainda, compreender.

Recebido: 16/06/2012

Aprovado: 20/08/2012

Contato: joseeduardo franco@sapo.pt